

25 ABR 1998

CORREIO DA PÁTRIA

Governo muda slogan para obedecer ordem da Justiça

Cerca de três mil placas colocadas em todo o Distrito Federal serão modificadas. O custo estimado da reforma é de R\$ 928 mil

Lauro Aires
Da equipe do Correio

O Governo do Distrito Federal vai mudar seu slogan. Sai *Governo Democrático e Popular*, vetado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entra *Brasília Legal*. É esse o saldo da proibição da publicidade institucional do governo por uma liminar concedida pelo liminar do Tribunal Regional Eleitoral, em resposta a ação do PMDB.

Nas cerca de três mil placas e outdoors distribuídos pelo Distrito Federal, o slogan proibido já está sendo substituído pela expressão *Governo do Distrito Federal*. A partir de agora, as campanhas já vão sair carimbadas pelo *Brasília Legal*, um programa que começou em agosto de 1997.

Era um momento em que o governo brigava contra a permanência de ambulantes no estacionamento do Estádio Mané Garrincha e dos moradores da invasão da Estrutural. "Por isso puxamos esse gancho da briga pela legalidade", disse o secretário de Comunicação, Luiz Gonzaga Motta.

As faixas pretas que cobriam os anúncios desde segunda-feira também estão sendo retirados. "Foi uma grande vitória para o governo. Temos o direito e o dever de nos co-

municarmos com a população", avaliou Gonzaga Motta.

Mas na visão do advogado do PMDB Josafá Dantas, o governo não ganhou nada. "Não sei o que eles estão comemorando. O slogan de Cristovam (GDP) está proibido e o governo não vai mais poder fazer propagandas com entrevistas com o governador ou com os secretários", disse.

"Acho que fomos atendidos", referendou o presidente regional do PMDB, deputado distrital Odilon Aires. "Os slogans e as imagens foram proibidas. O que estava sendo veiculados eram propagandas eleitoreiras e abusivas do governador Cristovam Buarque e sua equipe", completou.

Vitorioso ou não, o secretário de Comunicação terá de gastar um dinheirinho extra com a substituição dos slogans. As quatro agências de publicidade que atendem o governo, Propeg, Makplan, Alô e Atual calculam que a troca vai custar R\$ 928 mil. Gonzaga Motta, entretanto, calcula que a despesa será menor. "Vou negociar, tentar soluções criativas, mas não gasto esse valor todo não".

Esse dinheiro, de fato, pesa bastante no bolso da comunicação do governo. É o equivalente a um mês de publicidade. O governo gasta

anualmente R\$ 12 milhões com divulgação, verba que o secretário considera "ridícula, muito pequena".

Entre as soluções "criativas" está a idéia de apenas cobrir os slogans vetados pelo tribunal. Nas placas, o governo usará uma tinta spray e nos cartazes pequenos adesivos colantes com a inscrição *Governo do Distrito Federal*.

Todas essas soluções, entretanto, ainda dependem da Justiça. Isso porque o presidente do TSE, ministro Ilmar Galvão, suspendeu a liminar, mas ainda vai estudá-la assim que o Ministério Público Eleitoral der seu parecer. O governo já prepara duas frentes de ação para quando a liminar voltar para a apreciação de Ilmar Galvão. A primeira é o argumento de que a liminar do desembargador Lécio Rezende (que proibiu a propaganda) é nula, pois ele não justificou sua decisão.

Na segunda, a equipe de advogados do governo vai alegar que a liminar é "satisfativa", isto é, atende as intenções do PMDB mesmo que não seja julgada o mérito. A idéia é a seguinte: como a publicidade institucional será mesmo proibida a partir de 4 de julho (três meses antes das eleições), a demora no julgamento do mérito manteria a liminar cancelando a propaganda do governo até essa data. "Nesse caso, a ação não precisaria nem mesmo ser julgada pois o PMDB já teria conseguido seu intento: cancelar a publicidade até as eleições", explica o consultor jurídico do governo, Claudismar Zupirulli.